

6815

As Realizações do Governo Federal na Amazônia

SEUS RESULTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

GRUPO DE ESTUDO DA ADESG

SUMÁRIO

CAPÍTULOS

INTRODUÇÃO

I — ÓBICES EXISTENTES NA ÁREA AMAZÔNICA

Expressão Psicossocial
Expressão Econômica
Expressão Política
Expressão Militar

II — PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA

Setor Educação
Setor Saúde
Setor Energia
Setor Comunicações
Setor Transporte
Setor Agricultura e Pecuária
Setor Industrial
Setor Interior
Setor Militar

III — ANÁLISE DA AÇÃO DO GOVERNO NA AMAZÔNIA FACE AOS ÓBICES DA REGIÃO

IV — CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

Anexos A — Contribuição do Senador Arnon de Mello
Anexos B — Contribuição do Capitão-de-Fragata Granjeiro
Anexos C — Contribuição do Deputado Sinval Boa Ventura
Anexos D — Contribuição do Professor Amora Leite
Anexos E — Contribuição da Professora Rachel de Azevedo

EXTRATO

Preambularmente é feito uma apresentação da área, um histórico dos planos de desenvolvimento e comentários sobre a SUDAM, órgão criado para integrar a Região Amazônica à realidade nacional. Em seguida levantou-se os óbices regionais e os projetos setoriais existentes. Continuamos, reagindo estes projetos com os óbices peculiares à área. Deste sistema de força procurou-se, diante da resultante, analisar o êxito do plano de Governo e sugerir modestas medidas que a nosso ver possam dinamizar o propósito pretendido.

Concluimos com uma apologia à política de integração da nossa Região Amazônica diante das ações empreendidas neste compasso de Brasil novo.

INTRODUÇÃO

A impressão instantânea e duradoura que o visitante concebe da Amazônia é a das florestas luxuriantes e rios sinuosos, em escala tão grande e superlativa que provoca sensações de temor e encantamento; é muito fácil achar-se perdido irremediavelmente nesta terra, mas o ímpeto de explorá-la inexplicavelmente continua. Mesmo a pessoa mais viajada sentirá este paradoxo, pois diante de seus olhos desdobra-se o panorama aparentemente infundável de rios imensos e terras baixas densamente florestadas, diferente de qualquer imagem mental preconcebida. É o "Inferno Verde" do novelista meditando sobre o "Rio Mar" dos habitantes locais, criando um espetáculo harmonioso que não se reproduz em parte alguma do Planeta.

A bacia hidrográfica do Rio Amazonas tem proporções continentais. Ocupa toda a área central da América do Sul, num formato mais ou menos oval, abrangendo aproximadamente 7.000.000 de quilômetros quadrados de terras, sendo confinada pelas terras da Venezuela e Guianas, ao Norte; a Cordilheira dos Andes, a Oeste; o Planalto Central Brasileiro, ao Sul.

As águas da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas e Brasil convergem para formar a maior rede hidrográfica de qualquer continente.

Cerca da metade desta bacia situa-se dentro das fronteiras do Brasil e é conhecida como "Amazônia Brasileira", ou simplesmente "Amazônia"; uma subdivisão delinea a "Amazônia Brasileira Alta" — oeste de Manaus às fronteiras internacionais —, e a "Amazônia Brasileira Baixa" — leste de Manaus ao Oceano Atlântico, ou Amazônia Ocidental e Oriental.

Estas regiões evocavam imagens de misteriosas tribos de índios, lendas estranhas, florestas impenetráveis onde desaparecem aviões, local para filmes exóticos, caçadas, safaris.

Em 1966, em discurso histórico no Amapá, o Governo Castello Branco lançava a Operação Amazônica.

"Profundamente empenhado em ajudar às áreas mais sub-desenvolvidas, e por isso mesmo mais carentes do apoio e até da iniciativa governamental, considera a atual administração brasileira como desafio que vale a pena aceitar aquele que nos faz a Amazônia, que, não fossem as águas que a afogam, bem poderíamos ter, pela pobreza, como uma réplica do Nordeste.

Dá estar colocado no primeiro plano das preocupações do Governo o desenvolvimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida, e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso e integração da região que, para envolver as várias medidas a serem adotadas, já criaram até a expressão "Operação Amazônia".

O desenvolvimento da Amazônia — pelo que busca, induz, condiciona e ativa — não pode ser apenas simples e isolada empresa do Governo.

Em sua complexidade — a que se vem atribuindo, genericamente, a definição de problemática da Amazônia — reside o mais audacioso desafio do próprio destino da integridade do Brasil.

Por isto, a solução de mais significativo efeito para a pronta concretização desse destino identifica o progresso da Grande Área como imperiosa necessidade da ação conjunta do poder público e da iniciativa privada. Outro não era o propósito do primeiro Governo da Revolução quando da oportunidade da instalação da primeira reunião de incentivos ao desenvolvimento da Amazônia em 1966 assim falou:

"Já se dispendeu muita palavra com a conquista Amazônica. Livros, discursos, conferências, campanhas públicas, apelos, acenos de procedência internacional, reações públicas internas e matizes diferentes, inflamados discursos sobre o potencial e as dificuldades que caracterizam a imensa área, tudo feito ano após ano, com pertinácia e ineficiência. Contudo, não acredito que haja sido um esforço perdido, pois serviu para manter a atenção nacional voltada para a região. Faltou, porém, às administrações anteriores — mais do que um desejo vago, ainda que sincero, de domar o universo amazônico — uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos bons propósitos e intenções.

Por isso, embora devendo lutar em numerosas frentes para a recuperação das finanças e da economia nacional, buscou o atual Governo criar os instrumentos e a condição essencial para assegurar a execução de uma política realista para o domínio efetivo sobre a mais vasta parcela do mundo tropical.

Os instrumentos são as leis aprovadas pelo Congresso Nacional, a condição essencial são os meios, inclusive o real interesse despertado em todo o país em torno da Amazônia, que deixa de ser um mistério para apresentar-se como uma realidade cheia de extraordinárias possibilidades.

Prova-o este encontro que podemos chamar histórico e no qual homens da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Sul dão-se as mãos para uma empresa que repetirá no Brasil a façanha pioneira da conquista do Centro-Oeste pelos bandeirantes da nossa história.

Aí estão as leis aprovadas e regulamentadas. Aí estão os organismos federais, especialmente a Superintendência do De-

envolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia com estrutura, recursos e propósitos, esperando a iniciativa que agora já é mais vossa do que da administração pública."

A opinião pública brasileira tem revelado impaciência com relação a novas falas do planejamento. Essa atitude decorre, em geral, da proliferação de planos não executados antes de 1964; do irrealismo e ausência de objetividade de certos programas e projetos elaborados em alguns setores, mesmo em fase mais recente, e do descompasso entre a elaboração de projetos e a sua implementação em certos órgãos, criando sensação de excesso de planos pela insuficiência da execução.

Seria lugar-comum recordar, neste instante, os desníveis que configuram o Brasil de hoje. O desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica. É o desnível entre dinamismo atual da economia e as condições de bem-estar de importantes parcelas da população, expresso na observação de que — a Nação pode ir bem, mas boa parte do povo ainda vai mal. Esta verdade ainda é mais real e incômoda nas regiões Norte e Nordeste onde fatores adversos, somados a antagonismos dificultam o advir do bem-estar social. Para se contrapor a estes óbices, o Governo Médici fustigado pela seca de 1970 procurou integrar aquelas regiões com o pólo dinâmico e propulsor do Brasil, a região Centro-Sul e lançou o Plano de Integração Nacional (PIN).

Este Plano veio reforçar o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, tendo como propósito principal solucionar os problemas de falta e excedentes demográficos do Norte e Nordeste, dos minifúndios improdutivos do Sul e do acesso à terra, a uma massa de brasileiros que sempre sonhou em ter seu pedaço de terra para cultivar e garantir a sobrevivência da sua família, célula da Pátria.

Além do Plano de Integração Nacional, o Governo Federal conta na Amazônia com a SUFRAMA e a SUDAM, sendo esta última, a ferramenta do esforço principal da ação governamental na área.

Foi a SUDAM, criada pela Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, que concomitantemente extinguiu a Superintendência do Plano da Valorização Econômica do Amazonas (SPVEA). Um mês antes, em 28 de setembro, através da Lei n.º 5.122, o Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) fora transformado em Banco da Amazônia S.A. (BASA), para executar a política do Governo Federal na Amazônia relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social. Dentro do espírito da reformulação, o novo estabelecimento surgia com estrutura ampla para operar em todas as modalidades bancárias e funcionar como agente financeiro da SUDAM, de acordo com as diretrizes por esta traçadas no processo do desenvolvimento econômico, dirigida no sentido de apoiar a iniciativa privada.

Instalada no dia 30 de novembro de 1966, em Belém do Pará, a SUDAM era o instrumento objetivo e de alta flexibilidade para assegurar a execução de uma nova política de recuperação da Amazônia, na qual o empresariado brasileiro teria que ter participação ativa e decisiva.

Tinha então o Governo procurado reunir meios para o combate, que necessário era, para integrar, promover o progresso de tão decantada região. O BASA era o apoio logístico, a SUDAM o Estado-Maior e os órgãos de apoio ao combate e a iniciativa privada as tropas do 1.º Escalão, agindo as Forças Armadas como escalão reserva.

CAPITULO I

OBICES EXISTENTES NA ÁREA AMAZÔNICA

Há dois aspectos fundamentais que definem o quadro natural da Amazônia:

- sua localização em plena zona equatorial
- a extensão de seu território, revestindo os elementos que constituem a região de feições verdadeiramente continentais.

Estas duas características, aliadas ao pouco conhecimento que ainda se tem da área, são os responsáveis pela divulgação de idéias errôneas e de generalização apressadas.

Muito embora as pesquisas até hoje realizadas não proporcionem uma análise minuciosa da região, já possibilitam apresentá-la sob um ângulo menos literário e despido de fantasia. Neste intuito analisaremos os óbices existentes nesta região seguindo para facilidade de raciocínio, a divisão utilizada para as expressões do Poder Nacional.

a) Expressão Psicossocial

As informações colhidas no "Colóquios Regionais de Educação" permite-nos levantar resumidamente as seguintes dificuldades à ação do Governo na Amazônia, no Setor Educacional.

- 1 — Elevado percentual da população de 7 a 11 anos, não freqüenta a escola;
- 2 — Alta taxa de analfabetismo;
- 3 — Insuficiente capacidade de absorção da rede escolar para atender a demanda;
- 4 — Elevado índice de evasão escolar;
- 5 — Inadequação dos Currículos;
- 6 — Desvinculação das Universidades em relação ao ensino voltado, tanto para a pesquisa e novas tecnologias, como para as realidades regionais, do que resulta na maioria das vezes, um tipo de ensino livresco alheio ao avanço da ciência e da técnica e dissociado do meio-ambiente;
- 7 — Baixa qualificação na maioria do corpo docente;
- 8 — Antiquado, deficiente e/ou insuficiente equipamento dos estabelecimentos de ensino;
- 9 — As áreas rurais apresentam situação específica quanto à localização e tamanho das escolas. Qualificação de professores (predomínio do corpo docente leigo) e inadequação de calendário escolar.

As informações disponíveis sobre os múltiplos e variáveis aspectos da problemática de saúde na área Amazônica, além de insuficientes, não facilitam e muito menos favorecem uma análise em profundidade do Setor Saúde. Todavia, o baixo nível de saúde encontrado tanto nas condições sanitárias como na assistencial, reflete deficiências e insuficiências na estrutura e no funcionamento dos órgãos que a isto se devem opor. De uma análise conjuntural, podemos levantar os seguintes fatores adversos ao estado sanitário na Amazônia:

10 — Alta prevalência das doenças transmissíveis, destacando-se pelo vulto que assumem no quadro nosológico da região, a malária, a tuberculose e a lepra;

11 — Insuficiente ingestão de calorias e sobretudo proteínas, para grande maioria da população;

12 — Elevada proporção de óbitos na faixa etária jovem, evidenciando uma grande incidência de doenças infecciosas e parasitárias, sobretudo as diarreicas;

13 — Limitação dos recursos financeiros, as campanhas sanitárias já em desenvolvimento (malária, lepra);

14 — A incorreção, pela insuficiência ou irregularidade, no emprego das drogas antimicrobianas, gerando uma legião de doentes tuberculosos, portadores de germes resistentes, que se acumulam na população e pesam sobre o trabalho dispensarial e hospitalar;

15 — Alta prevalência de lepra no Estado do Acre e sub-regiões do Baixo Tocantins e do Itacaiúnas;

16 — Alta incidência de arboviroses nas sub-regiões do Purus e Madeira;

17 — Acentuada prevalência de boubá no Território do Amapá e área ocidental da Ilha de Marajó;

18 — Sensível prevalência de filariose na área metropolitana de Belém e sub-regiões de Guajarina, Bragantina e Salgado;

19 — Falta de ação integrada da estrutura comunitária de saúde da área;

20 — Ausência de dispensários dinâmicos;

21 — Falta de uma ação profilático-terapêutica na área, de envergadura suficiente e necessária;

22 — Desarticulação das Secretarias e Divisões de Educação, no que diz respeito a programas de educação sanitária;

23 — Inexistência de um sistema adequado e eficiente de coleta, processamento e disseminação de dados estatísticos que permitam elementos indispensáveis à elaboração do diagnóstico de saúde da área;

24 — Predominância acentuada das atividades voltadas à recuperação da saúde, em prejuízo das atividades de prevenção e controle;

25 — Deficiência de estrutura e procedimentos administrativos das secretarias de saúde do Estado e Divisões de Saúde dos Territórios, provocando uma divisão de esforços da estrutura comunitária de saúde da área;

26 — Deficiência da rede hospitalar;

27 — Deficiência na rede de abastecimento d'água nas cidades e vilas;

28 — Utilização de fossas deficitárias e manuseio de lixo sem técnica nem precauções.

Uma das grandes conquistas da civilização é o cuidado, o zelo com as crianças, e com os anciões. A primeira como alento a uma esperança. A segunda como um reconhecimento.

As nações que não observarem essas normas não poderão manter aspirações de figurar entre os povos civilizados. Outro fato importante nesta pauta é a assistência social aos necessitados. Na Amazônia, levantamos alguns óbices ao setor assistencial.

29 — Deficiência do amparo social à criança, permitindo a formação de marginais e/ou inaptos para a vida em sociedade;

30 — Inadequação do sistema de Previdência Social às reais necessidades da maioria da população, principalmente nas regiões afastadas;

31 — Inexistência de habitação condigna para moradia, de uma considerável parcela da população.

b) Expressão Econômica

A Amazônia constitui-se, do ponto de vista econômico, numa área problema. Sua economia baseava-se no extrativismo. Se esse paraíso era efetivamente uma esperança do ponto de vista natural, era inteiramente irrealístico em termos de programação e esforço humano necessário ao seu progresso. Pela leitura da "Ação Coordenada do Governo Federal na Amazônia" e da "A Amazônia Brasileira", como de outras obras saltam com fulguração meridiana, os seguintes óbices:

PROSPECÇÃO

1 — Desconhecimento da comprovação mineralógica do solo e subsolo;

2 — Conhecimento incompleto do potencial energético da rede fluvial suscetível de aproveitamento econômico;

3 — Ausência de um exato conhecimento da ecologia das várias regiões da área com relação aos principais produtos agrícolas;

ENERGIA

4 — Pequeno consumo de energia nos centros mais populosos não permite, no momento, a utilização de sistemas hidrelétricos;

5 — Elevado custo de produção em face do preço do óleo;

6 — A capacidade instalada requer um aumento constante face a implantação de indústrias, favorecidas pela política dos incentivos fiscais, gerando um círculo vicioso;

7 — A dimensão continental da área e a dispersão da população, torna impraticável a utilização de empreendimentos interligados;

8 — Baixa demanda em consequência da baixa renda *per capita* regional;

COMUNICAÇÕES

Não obstante a sua importância vital para o desenvolvimento, as comunicações na Amazônia eram seguramente as mais deficientes do país, apresentando os seguintes problemas:

9 — Ausência de um sistema de comunicações eletrônicas que satisfizessem com eficiência e rapidez, as necessidades prioritárias da população;

10 — Serviço postal deficiente;

11 — Sistema telefônico deficiente e arcaico.

TRANSPORTE

O sistema rodoviário, organizações portuárias e aéreas na Amazônia, apresentam um quadro deficitário. Podemos sem muito esforço levantar estes óbices que materializam a oposição da integração.

12 — Inexistência de uma rede rodoviária, pavimentada ou não, que ligue os centros urbanos propiciando um desafogamento da economia local;

13 — Inexistência de uma rede ferroviária em extensão, capacidade transportadora e condições técnicas necessárias a implantar uma integração econômica e social em conjunção com os outros meios de transporte;

14 — Existência de uma reduzida frota mercante fluvial constituída na sua maioria de navios mercantes obsoletos e de operação antieconômica;

15 — Posse de uma organização portuária quantitativa e qualificativamente deficitária;

16 — Ausência de um planejamento de aproveitamento total das águas interiores, inclusive interligando bacias fluviais.

DISTRIBUIÇÃO

A última fase do processo econômico destinado a proporcionar bem de consumo indispensável ou necessário à vida da população é aquela em que o produto acabado fica à disposição de quem o deseja. Embora muitos não percebam o relevo que possui esta atividade final, é indispensável que a ela se preste grande atenção sob pena da anulação de esforços realizados em outros setores da atividade econômica com o fito de reduzir custos e produção. No caso em estudo verificam-se na Região Amazônica:

17 — Ausência de organizações de âmbito nacional para vendas a varejo, diretamente à população, dos produtos mais essenciais à vida;

18 — Existência de uma permanente disparidade e irracionalidade de preços no âmbito da comercialização da maioria dos produtos.

AGRICULTURA — PECUÁRIA

O sistema agrário de uso da terra na Amazônia, utiliza os tipos extensivos e intensivos.

O sistema extensivo se caracteriza pela lavoura itinerante, predatória e, acima de tudo, antieconômica, vinculada aos traços empíricos e tradicionais. É a agricultura praticada pelo caboclo às margens dos rios, é a lavoura de subsistência condicionada principalmente às culturas da mandioca,

do arroz, do milho, e do feijão, também praticada nos centros florestais pelo seringueiro, como meio de sustento alimentar. Pequena importância tem o tipo intensivo, onde a aplicação da tecnologia vai desde o emprego da ciência agrônômica aos limites da mecanização.

Exemplo frisante deste tipo, é a cultura da pimenta-do-reino em Tomé-Açu e Castanhal nas margens da rodovia Manaus — Itacoatiara.

Por sua vez a pecuária regional objetivando o aproveitamento dos imensos campos naturais apresenta também certa deficiência da técnica criatória.

Podemos levantar os seguintes óbices agropecuários na região:

19 — Baixíssimo rendimento médio por hectare de todos os principais produtos vegetais e de colheita anual;

20 — Ineficiente desenvolvimento anual da produção agrícola, mantida em índice inferior do crescimento demográfico da região;

21 — Manutenção do desfrute dos rebanhos em nível inferior ao tecnicamente possível e economicamente desejável.

ARMAZENAGEM

No conjunto geral de um sistema destinado a assegurar o abastecimento nacional de bens essenciais à vida das populações, ocupa lugar destacado a rede de armazenagem. A importância do assunto cresce quando essa atividade se destina a cuidar de gêneros de alimentação. Todos os anos, da safra de cereais são perdidos por motivos vários, cerca de grande percentagem. Podemos em conclusão dizer que a Região Amazônica se ressentir no setor armazenagem de:

22 — Grande deficiência quantitativa e qualificativa, da capacidade de estocagem de gêneros alimentícios, principalmente cereais;

23 — Grande deficiência quantitativa da capacidade de armazenamento de petróleo e de seus derivados.

CRÉDITO

O crédito é uma das alavancas do processo, mas também pode ser um instrumento de destruição econômica e social. Depende de sua destinação, da forma por que é usado, do juro cobrado e do caráter de sua concessão. Encontramos na Amazônia a seguinte situação:

24 — Cobrança de elevadíssima taxa de juros nas operações processadas, tanto na rede bancária como nas empresas de financiamento;

25 — Ocorrência de irracional distribuição dos recursos creditícios pelos vários setores da economia nacional;

26 — Inexistência de uma política de investimentos orientada no sentido exclusivo das metas governamentais para a região.

c) Expressão Política

Culpa-se o Governo por tudo de errado que ocorre no país, seja ou não ele o responsável direto pela ação ou omissão. Todavia a ação administrativa dos governos sofre o impacto de outros grandes problemas de solução difícil e demorada. Nesta expressão podemos citar como óbices ao planejamento dos governos regionais da Amazônia, os seguintes fatos:

1 — Existência de grande diferença entre as dimensões dos espaços político e econômico e as de espaço físico;

2 — Existência de duas imensas regiões com características fisiográficas adversas entre si e ao seu desenvolvimento;

3 — Ausência de líderes políticos realmente democratas, mas não demagogos, com conhecimento exato dos problemas locais e dedicados à causa pública;

4 — Existência de um corpo de funcionários públicos, dimensionado com a necessidade e qualificados para as funções exercidas;

5 — Existência de irracional, onerosa e obsoleta organização administrativa para as tarefas necessárias.

d) Expressão Militar

Pelas características regionais que apresenta, a área Amazônica constitui-se em um teatro de Operações Fluviais, semelhante em muitos aspectos aos Teatros de Operações Anfíbias. Embora a história das fronteiras na região tenha sido com alívio resolvida a contento, com grande influência da Diplomacia Brasileira, a característica da área e a prática de exploração de certas áreas de fronteira vivificada, exige a presença constante das Forças Armadas na defesa da integridade do território nacional. O Exército mantém, a duras penas, unidades fronteiriças que, num sistema de colônias militares, vivificam as linhas demarcatórias. A Marinha, através de suas bases, cumpre idêntico propósito e, usando de seus meios flutuantes, integra as regiões longínquas e seus recursos sócio-econômicos. Não menos importante é a tarefa da gloriosa Força Aérea Nacional neste papel de desbravamento e integração. No entretanto, aí também aparecem óbices importantes que são:

1 — Inadequação pelo estado de desatualização em que se encontra quase todo seu equipamento e armamento e a conseqüente instrução;

2 — Podemos citar ainda como fator relevante, embora não seja tarefa principal das Forças Armadas, os fatores adversos criados pelo contrabando de vários recursos minerais, principalmente ouro e diamante nesta região, fruto do deficitário aparelho policial da região, que se apresenta sob uma forma estrutural ultrapassada, como também com potencial humano e material bem abaixo do nível exigido pela missão a cumprir.

CAPÍTULO II

PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA

O problema amazônico transcende o quadro sócio-econômico de retardamento de defasagem em relação ao restante do país. Assume aqui tão grande ou maior importância o aspecto de segurança nacional e soberania. Mais de 12.100 km de fronteiras internacionais delimitam o seu território, onde, entretanto, a ocupação humana se distribui por uma malha esgarçada e desequilibrada. Grandes vazios geográficos desembocando em faixas de fronteiras impõe uma estratégia ao mesmo tempo de integração econômica e de ocupação territorial.

A compreensão do complexo amazônico, para os fins de atuação do Governo, ganha consistência e realismo quando se destacam as sub-regiões que a formam, em decorrência de variantes específicas da problemática global. Para a Amazônia Oriental, vinham sendo mais imediatas as perspectivas de ampliação da atividade empresarial privada. A existência de uma infra-estrutura razoável, sobretudo no seu grande pólo de desenvolvimento que é a cidade de Belém, viabilizou a implantação de um parque industrial com seguras condições de sustentação e expansão. Na Amazônia Ocidental, eram menos atraentes as perspectivas imediatas para o estabelecimento de atividades produtivas de impacto econômico. A distância em relação aos centros de maior densidade de consumo, aliada à incipiência do mercado doméstico, determinaram que a responsabilidade do poder público assumisse, aí, maior relevância, justificando o tratamento especial que o Governo lhe dispensou.

A estratégia defendida pelo Governo Federal, como diretriz para a atuação coordenada de todas as suas agências, orientou o programa prioritário que ora se realiza e que viabilizará o atingimento dos objetivos de integração intrarregional e nacional da Amazônia, e de reafirmação do poder nacional na região. Essa estratégia materializara-se em um entrela-

çamento de medidas e realizações, de tal modo que a Amazônia muito em breve esteja diretamente integrada com o resto do país, através de:

- 1 — Instrumentos econômicos para aceleração do desenvolvimento;
- 2 — Rede física de transportes e comunicações;
- 3 — Ação de apoio logístico e desbravamento pioneiro a cargo das Forças Armadas.

Essas ações atenderão às prioridades nacionais para desenvolvimento que são: Educação, Saúde e Saneamento, Agricultura-Abastecimento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tal esforço principal não deverá prejudicar a consolidação da infra-estrutura econômica da Energia, Transporte e Comunicações, nem o apoio ao desenvolvimento integrado da Indústria e Agricultura. Na implementação de Políticas Setoriais, será dado especial apoio ao incremento do turismo, tanto de correntes turísticas internacionais, como de nacionais, dotando-se as regiões tropicais de condições favoráveis. A implantação destas metas de desenvolvimento nas linhas gerais da política regional amazônica originou o Programa Estratégico do Desenvolvimento da Amazônia, que o Governo Costa e Silva entregou à consideração das forças políticas e das camadas atuantes da opinião pública, como concepção programática para a nova arrancada do desenvolvimento que prometeu ao povo brasileiro, e está sendo levado a efeito agora pelo Terceiro Governo da Revolução.

Para a construção destes propósitos o Governo detalhou sua estratégia na ocupação econômica e no processo de crescimento da região, que serão efetivados mediante o cumprimento das seguintes ações específicas:

a) Bases de Ocupação

- Expansão do contingente populacional da região, de forma programada e em áreas prioritárias;

- Construção da infra-estrutura econômica interna da região mediante:
 - rede rodoviária básica;
 - aparelhamento dos portos;
 - desenvolvimento da navegação fluvial;
 - programa de energia;
 - criação de um suporte de Educação, Saúde e Assistência, que viabilize radicar as populações;
 - programa RADAM.

b) Processo de crescimento, com bases nos incentivos fiscais e isenções a cargo da SUDAM e SUFRAMA nas seguintes linhas:

- Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração;
- Definição de prioridades setoriais de industrialização, com ênfase nos pólos de Belém e Manaus.
- Fortalecimento e racionalização da economia dos produtos básicos da região;
- Exportação de madeira;
- Mineração;
- Pecuária em áreas selecionadas;
- Colonização, notadamente na região da Transamazônica.

Para executar esta política Governamental foram planejados e postos em execução, dentro da capacidade federal, as seguintes ações setoriais.

EDUCAÇÃO

- 1 — Projeto Operação Escola;
- 2 — Projeto Programa Nacional de Alfabetização;
- 3 — Projeto Carta-Escolar;
- 4 — Projeto Programa Integrado de Assistência ao Educando;

5 — Projeto Reformulação do curriculum de ensino fundamental;

6 — Projeto Programa de Integração das Universidades na Comunidade;

7 — Aperfeiçoamento e treinamento de professores para o ensino fundamental, médio e normal;

8 — Projeto construção, transformação, equipagem, treinamento de pessoal para ginásio polivalente, centros avançados e estabelecimentos de ensino médio e superior;

9 — Projeto Plano de carreira e melhoria de remuneração do magistério do ensino fundamental;

10 — Projetos especiais na área do ensino fundamental;

SAÚDE

11 — Reestruturação técnica e administrativa das secretarias e divisões de saúde.

12 — Apoio técnico e financeiro às atividades profiláticas.

13 — Apoio financeiro a pesquisas básicas, científicas e aplicadas.

14 — Sistema de abastecimento de água de Belém, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Santarém, Porto Velho.

15 — Esgoto sanitário nas cidades de Rio Branco, Belém e Macapá.

16 — Defesa contra erosão e inundações na cidade de Belém.

ASSISTÊNCIA

— Instalação de centros comunitários regionais de habitação.

— De financiamento do mercado urbano de baixa renda.

— De financiamento do mercado urbano de renda média.

- Dinamização de assistência e previdência ao trabalhador na zona rural e urbana através de:
 - Convênios com hospitais para atendimento aos trabalhadores e dependentes desde Picos no Piauí até Humaitá no Amazonas e Cruzeiro do Sul, no Acre;
 - Convênios para assistência médica aos trabalhadores e seus dependentes, nas frentes de serviços da Transamazônica com as diversas empresas construtoras;
 - Convênio com a Fundação SESP, na cidade de Altamira, no Pará, com vistas à manutenção do Hospital São Rafael da Prelazia do Xingu;
 - Credenciação de médicos nas áreas urbanas de Marabá, Santarém e Altamira;
 - Aparelhamento da Agência do INPS, em Santarém-Porto Velho;
 - Cobertura móvel médico-assistencial aos trabalhadores da Transamazônica;
 - Postos de identificação para o fornecimento de carteiras profissionais;
 - Convênios mantidos pelo FUNRURAL para prestação de assistência médico-hospitalar.

PROSPECÇÃO

- Levantamentos aerofotogramétricos — RADAM
- Levantamentos cartográficos
- Levantamentos pedológicos
- Projeto Tapajós—Ja Manxim
- Projeto Irini—Caruá
- Projeto Geologia
- Projeto Evaporitos
- Projeto Marabá

- Projeto Aripuana—Sucunduri
- Projeto Macapá—Calçoene
- Projeto Roraima
- Projeto Paru—Jari
- Projeto Argila—Belém
- Projeto Argila—Manaus
- Pesquisa Mineralógica da Cia. Vale do Rio Doce
- Projeto Hidrologia da Bacia Amazônica
- Projeto Climatologia

ENERGIA

- Nova Usina de Manaus
- Nova Usina Belém
- Hidrelétrica Curua-Una
- Hidrelétrica Coaracy—Nunes
- Prospecção Petróleo

COMUNICAÇÕES

- Sistema Belém—Brasília
- Sistema em Tropodifusão
- Sistema Belém—Manaus
- Sistema Campo Grande—Belém—Manaus
- Sistema Manaus—Boa Vista
- Sistema São Luís—Belém
- Ampliação do Sistema Telefônico Urbano

TRANSPORTE

- Rodovia Belém—Brasília BR-010/226/153
- Rodovia Cuiabá—Fronteira do Peru BR-226/319/364
- Rodovia Transamazônica BR-230
- Rodovia Humaitá—Lábrea—Rio Branco—Fronteira da Bolívia BR-317/406
- Rodovia Santarém—Cuiabá BR-165
- Rodovia Manaus—Porto Velho—Guajará-mirim... BR-319

- Rodovia Belém—Peritoró BR-316
- Rodovia Manaus—Fronteira com a Venezuela
- Rodovia Boa Vista—Fronteira Guiana Inglesa BR-401
- Rodovia Macapá—Fronteira de Guiana Francesa BR-156
- Programas Rodoviários Estaduais
- Grupo de Trabalho para estudo da unificação de fretes
- Grupo de Trabalho para elaborar uma legislação específica para a navegação fluvial
- Modernização do Porto de Manaus
- Modernização do Porto de Belém
- Estudo para construção de Novo Porto em Belém
- Dragagem do Porto de Belém
- Construção de um Porto em Santarém
- Estudo de Vias Navegáveis da Amazônia
- Estudos preliminares de transposição das corredeiras do Bem Querer
- Estudo da ligação das bacias do Amazonas e do Prata
- Construção de Aeroportos Prioritários da Amazônia
- Aeroporto Supersônico de Manaus

DISTRIBUIÇÃO

- Mercado terminal de Manaus
- Central de abastecimento de Belém
- Zona Franca de Manaus

AGRICULTURA-PECUÁRIA

- Projeto Madeira
- Projeto Heveicultura
- Projeto Castanha-do-Pará
- Projeto colonização das Rodovias Transamazônica e Santarém—Cuiabá
- Projeto extensão rural
- Projeto de Serviço de Informações de mercados Agrícolas

- Projeto Pesquisa e experimentação Agropecuária
- Projeto Promoção ao cooperativismo na Amazônia
- Projeto de defesa sanitária animal
- Projeto serviço de treinamento e pesquisas florestais
- Projeto laboratório de Tecnologia de Madeira
- Projeto Babaçu
- Projeto Piloto—Pau Rosa
- Projeto Silvicultura Tropical
- Projeto Piloto—Dende
- Projeto de colonização na Amazônia Legal
- Distritos Agropecuários

CRÉDITO

- Financiamento de Projetos Econômicos para a Região
- Reestruturação do BASA
- Criação de Rede Bancária pelo interior para possibilitar a penetração de crédito
- Crédito agrícola
- Crédito à industrialização regional
- Fortalecimento do capital social básico da Região
- Amparo de preços mínimos

POLÍTICA

- Criação da Zona Franca de Manaus
- Criação da SUDAM
- Política das áreas prioritárias
- Fortalecimento da infra-estrutura educacional e social

MILITAR

- Instalação do Comando Naval de Manaus com estabelecimento de destacamentos navais ao longo dos afluentes navegáveis
- Incorporação à Flotilha do Amazonas de novos navios fluviais construídos no Arsenal de Marinha
- Planejamento de bases flutuantes móveis capazes de atender necessidades permanentes ou eventuais
- Aumento do efetivo da MB na área com a convocação de maior número de regionais para o serviço com conseqüente formação de mão-de-obra qualificada
- Levantamento hidrográfico dos afluentes da margem direita do Amazonas de modo a levantar dados que propiciem a construção de portos projetados
- Aumento do ensino profissional marítimo, incluindo a alfabetização
- Construção em Belém do Centro de Instrução de Fluviais pela evolução da Escola de Marinha Mercante do Pará
- Aumento do atendimento médico sanitário educacional à população ribeirinha
- Aumento da cubagem da carga transportada para os Órgãos Governamentais, Paraestatais e particulares na Região
- Enfatização do apoio aos Ministérios Militares e aos Serviços de Saúde
- Convênio para transporte de produtos refinados para a área, com a Petrobrás
- Projeto do Instituto de Pesquisas da Marinha ligado ao conhecimento dos recursos naturais e as condições do ser humano às peculiaridades do trópico úmido.

- Criação da COLAM (Comissão do Levantamento da Amazônia)
- Levantamento para localização do porto de escoamento de minérios da Serra dos Carajás

EXÉRCITO

- Realização de ACISO (Ação Cívico Social) nas cidades desprovidas de Infra-estrutura
- Operação presença
- Planejamento da Defesa Civil Interna
- Convênio com a FN BEM para instalação do Centro de Treinamento Profissional em Tabatinga para assistência ao menor daquela região
- Construção das Escolas Rurais de Tabatinga e Estirão do Equador
- Construção do Ginásio de Clevelândia
- Construção da Escola para Índios em Tabatinga
- Cursos de Preparação de Mão-de-Obra em Porto Velho em convênio com PIPMO
- Idem nas localidades de Guajará-Mirim, Tabatinga e Cucuí
- Prestação de Serviço Médico hospitalar no Hospital Benjamim Constant da FSESP
- Prestação de assistência médica aos trabalhadores rurais em convênio com FUNRURAL
- Construção de trechos de rodovias vicinais, construção de Escolas e residências, implantação de rede hidráulica e elétrica, construção de serrarias e olarias em convênio com a SUDAM
- Implantação de granjas militares em convênio com o INCRA

- Manutenção das Colônias Militares de Tabatinga e Olapoque em convênio com o INCRA
- Levantamento do quadro médico-sanitário pelas realizações de inspeções e ACISO
- Participação direta da estratégia de integração, através dos seus cinco Batalhões de Engenharia de Construção de Estradas.

CAPITULO III

ANALISE DA AÇÃO DO GOVERNO NA AMAZÔNIA FACE AOS ÓBICES DA REGIÃO

Podemos sintetizar como obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia os seguintes óbices:

- falta de informações sobre os recursos da região;
- esparsa ocupação humana entre as fronteiras econômica e geográfica;
- precário suprimento alimentar;
- predominância do setor primário;
- elevado índice de doenças tropicais;
- inadequado sistema educacional;
- falta de diversificação do trabalho;
- baixa qualificação de mão-de-obra;
- insipiente direção empresarial;
- isolamento físico e de comunicações.

Diante da grandeza do projeto global de desenvolvimento regional, como também do desconhecimento da região, o Governo inicialmente partiu para conhecê-la através de projetos do setor de prospecção, principalmente o RADAM, sem que com isso deixasse de lado as ações que a torna

mais perto e mais aberta para povoá-la, para isso iniciou também os projetos, já falado, de comunicações e transportes, dando mais ênfase neste último ao rodoviário. Feito isso não esqueceu o Governo as prioridades do desenvolvimento nacional e se lançou ao trabalho da Educação, da Saúde, do Saneamento e da Agricultura.

Embora os projetos ainda não tenham removido totalmente os fatores adversos e antagônicos, diante de suas magnificências, orientou no entretanto a formação de uma infra-estrutura adequada ao atendimento da formação de uma mentalidade com o conseqüente aprimoramento do elemento humano, gerando destarte segurança de condições para o desempenho da iniciativa privada e melhoria do bem-estar social da região.

Por simples e elementar soma algébrica entre os óbices então existentes e a ação do Governo na área, que se lhe opõe, verificamos que a expressão resultante nos conduz ao zero, podendo mesmo se extrapolar um resultado futuro positivo, na coluna das realizações governamentais.

Vemos, pois, analiticamente, que as ações decantadas estão criando uma infra-estrutura social e econômica; que a integração das rodovias e disponibilidades do sistema fluvial propiciam a circulação de meios, gerando a integração física e econômica. No setor energético, ora em aumento, surge a garantia da indústria; o sistema de telecomunicações implantado assegura as ligações gerando integração cultural e econômica. O saneamento promove o bem-estar social e a elevação das condições humanas. A educação permite a capacitação necessária ao desenvolvimento das pessoas físicas. A exploração mineral, embora embrionária, potencializa-se como núcleo dinâmico do progresso da área. A reserva florestal racionalmente aproveitada será a base próxima da economia de exportação. A pesca abre novos campos para o robustecimento da estrutura sócio-econômica. As culturas nativas, hoje estruturadas e racionalizadas, redespontam como fontes de divisas; e a pecuária, o mais eficiente instrumento de penetração pioneira nas áreas virgens, desponta como ati-

vidade positiva de integração e de promoção de espaços vazios, preparando-se para a formação de um dos maiores rebanhos do mundo.

Acho válido, portanto, à luz dos ONP — Integração Nacional e Progresso — que em sua projeção abrange um universo, dizer que as realizações do Governo Federal na Amazônia colhem resultados positivos e projetam no futuro uma magnífica realidade tornando adequada, exequível e aceitável, a profecia de Humboldt, quando denominava a Amazônia como "Celeiro do Mundo".

CAPITULO IV

CONCLUSÃO

As terras da Amazônia pertencem agora ao Brasil. Ninguém mais poderá aspirar a elas. Mas não é só isso, não. Ao longo desse trabalho que embora rápido, foi escrito com dados os mais completos possíveis, vimos que, sob a capa verde da maior floresta tropical do mundo há riquezas minerais já dedectadas, mais valiosas do que todas as demais que atualmente exploramos. E mais ainda: a terra provou não só na prática, como através de estudos ser boa e fecunda em 80% da zona prospectada.

As rodovias, além de fixar o homem à terra, servirão de escoamento dos produtos agrícolas e minerais, e permitirão igualmente, a abertura de um novo mercado para os manufaturados do sul. Junto às terras férteis da Transamazônica e orbitando os portos da integração dos transportes, deverá prosperar, a curto prazo, pelo menos 10 vezes mais gente do que a que se fixou à margem da Belém — Brasília. É necessário, porém, estabelecer um rigoroso exame médico entre os colonos que se candidatam às glebas, a fim de que não se fixe ali gente contaminada com moléstias que poderão assolar a região, aumentando o quadro endêmico e isso infelizmente está acontecendo.

É imprescindível construir silos para abrigar a produção que será cada vez mais abundante, sob pena de grande parte dela se perder. E é necessário, urgente e inadiável, equipar a área com mais caminhões, mais embarcações, mais aviões, mais serrarias, mais olarias e mais máquinas agrícolas que modifiquem hábitos de colonização ultrapassados.

SIM: para transformar a amazônia em realidade irreversível ainda é preciso muitas e muitas coisas. Menos uma — PATRIOTISMO — este existe de sobra entre os pioneiros que, ali, em meio à floresta, estão escrevendo a mais bela página da história do Brasil. Existe aqui, neste auditório, nesta elite que empresta sua atenção às palavras sem brilho deste que vos fala, embora o faça pelo coração, que para terminar continua parodiando desta vez o grande brasileiro OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC: "BOA TERRA! JAMAIS NEGOU A QUEM TRABALHA/O PÃO QUE MATA A FOME, O TETO QUE AGASALHA/QUEM COM O SEU SUOR A FECUNDA E UMEDECE/VÊ PAGO O SEU ESFORÇO, E É FELIZ E ENRIQUECE."

INTEGRANTES DO GRUPO

DR. ARNON AFFONSO DE FARIAS MELLO
(Dirigente)

JOÃO ALVES GRANGEIRO FILHO
Capitão-de-Fragata Fuzileiro Naval (Relator)

RAQUEL DE AZEVEDO PIO
Professora

SINVAL BOAVENTURA
Deputado Federal

WALTER AMORA LEITE
Professor

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL-SUDAM — Plano de Desenvolvimento da Amazônia — (1972-1974) — Guanabara, 1971
2. Goycochêa Castilho — O Espírito Militar na Questão Acreana — Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1941
3. HELIO VIANA — História das Fronteiras do Brasil — Biblioteca Militar, Guanabara — 94?

4. OSORIO NUNES — *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira* — Biblioteca do Exército — Guanabara, 1950.
5. RIBEIRO DA GRAÇA — Ten Cel Jaime — *Realidades Brasileiras* — Biblioteca do Militar — Guanabara, 1950.
6. BACKHEUSER — EVERARDO — *A Geopolítica Geral do Brasil* — Biblioteca do Exército — Guanabara, 1952.
7. HELIO VIANA — *História Diplomática do Brasil* — Biblioteca do Exército, Guanabara, 958.
8. ROOSEVELT, THEODORE — *Nas Selvas do Brasil* — Henrique Pongetti — Guanabara, 1955.
9. BRASIL — IBGE — *Novo — Paisagens do Brasil* — Guanabara, 1968.
10. VASCONCELOS TORRES — *Aviação, Presença Antiga na Integração Nacional* — S.G.S.F. — Brasília, 1972.
11. LYRA TAVARES — General — *O Exército Brasileiro e a Atual Conjuntura Nacional* — Imprensa do Exército — Guanabara, 1969.
12. GOMES ALCARAZ — Flávio — *Transamazônica a Redescoberta do Brasil* — Editora São Paulo — São Paulo, 1972.
13. BRASIL-SUDAM — *Relatório Geral 1969-1972* — Editora Falangola — Brasil, 1972.
14. MARTINS RANDOLFO — Dra. CLARA — *A Amazônia e seus Problemas* — Divisão Documentação SUDAM — Belém, 1972.
15. BRASIL — MINISTÉRIO DO INTERIOR — *A SUDAM REVELA A AMAZÔNIA* — Editora Barbelo Brasil, 1972.
16. BRASIL — ADESC — *Orientação Geral para a Elaboração dos Trabalhos de Grupos* — SGSF — Brasília, 1972.

"JAMAIS PONHA ALIMENTO NA BOCA DE UM
FAMINTO,
SERVINDO-SE DE MÃO ALHEIA"

(Preceito Budista a respeito do conceito **caridade**.)